



**SERJUSMIG**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte, terça-feira, 19 de março de 2013.

Assunto: Greve Geral por Tempo Indeterminado

Ao (a)  
Excelentíssimo (a) Senhor (a)  
Juiz (a) Diretor (a) do Foro

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Juiz (a) Diretor (a),

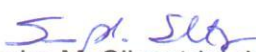
**O SERJUSMIG – Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância do Estado de Minas Gerais**, entidade de classe à qual compete a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXIV, alínea “a” c/c art. 8º, inciso III da Constituição da República, vem expor o seguinte:

Em fiel obediência ao seu Estatuto, o SERJUSMIG convocou Assembléia Geral da Categoria, realizada no dia 16/03/2013, a qual deliberou pela realização de Greve Geral por tempo indeterminado, a partir do dia 22/03/2013.

Diante do exposto, com base no direito assegurado no artigo 37, inciso VI, da Constituição Federal, bem como nas recentes decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos julgamentos de Mandados de Injunção relativos ao exercício do direito de Greve do Servidor Público Civil, que determinam a aplicação, no que couber, dos dispositivos da lei 7.783/89 e, em especial, em cumprimento à decisão da Assembléia Geral da categoria, o SERJUSMIG comunica a V.Exa. que os Servidores da Justiça de 1ª Instância do Estado de Minas Gerais **paralisarão suas atividades, por tempo indeterminado, a partir do dia 22/03/2013**, mantendo apenas um plantão mínimo de servidores para atendimento às medidas urgentes e promoverão mobilizações/protestos como forma de luta por seus direitos.

Na certeza de que V.Exa. não permitirá qualquer tentativa de se impedir os Servidores da Comarca de exercerem esse direito Constitucional da Greve, especialmente pela compreensão de que ameaças e atos de represália à adesão a atividades sindicais – e a greve é a principal delas – visando a intimidar ou amedrontar os trabalhadores, constituem atos de conduta anti-sindicais, tais como definidos na Convenção 98 da OIT (ratificada pelo Brasil em 1952), “que justificam, até, a apresentação de queixa junto ao Comitê de Liberdade Sindical da referida Organização”, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
Sandra M. Silvestrini de Souza  
**Presidente**  
**SERJUSMIG**

  
Luiz Fernando Souza  
**Vice-Presidente**  
**SERJUSMIG**

  
Rui Viana  
**Vice-Presidente**  
**SERJUSMIG**